

SindCVM InformaSua forma de saber o que
acontece.

SindCVM



SindCVM

Estabilidade: PEC 32 retira independência do servidor e amplia possibilidade de corrupção



“A partir de agora eu sou contra a Reforma Administrativa. Se não fosse a estabilidade, ele [o servidor Luis Ricardo] não estaria aqui sentado com a coragem que ele tem de denunciar tudo que está ocorrendo. A estabilidade do funcionário público é a garantia de que não será coagido”. Essa foi uma afirmação do deputado federal Luis Miranda (DEM/DF) em depoimento à CPI da Covid. O parlamentar e o irmão dele, Luis Ricardo Miranda, servidor concursado do Ministério da Saúde, denunciaram irregularidades no contrato de compra da vacina indiana Covaxin. A grave revelação exemplifica a importância da estabilidade no serviço público, que garante ao servidor o pleno exercício de suas atribuições sem ingerência política, prerrogativa que será derrubada caso a PEC 32 seja aprovada.

A proposta já passou pela Comissão de Constituição e Justiça e agora é avaliada por uma Comissão Especial, que está em fase de audiências públicas. No último dia 25, o Fonacate (Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado), ao qual o SindCVM é filiado, se reuniu com o presidente da Comissão, o deputado federal Fernando Monteiro (PP/PE). As entidades de servidores que compõem o Fórum apontaram, no encontro, pontos da PEC que são danosos ao interesse público. E ressaltaram que as medidas previstas atingem tanto os servidores atuais quanto os futuros, além de destacarem pontos do substitutivo elaborado pelo Fonacate em relação à Reforma Administrativa.

Monteiro afirmou que as carreiras típicas de Estado devem ser definidas ainda no âmbito da PEC 32. Segundo ele, essas carreiras são importantíssimas, precisam de autonomia e têm que estar na Constituição, mas demonstrou uma visão muito estreita quanto ao significado delas. O deputado se mostrou aberto à continuidade do diálogo e disse que a Proposta de Emenda Constitucional será amplamente discutida na Comissão. Porém, é preciso ressaltar que estamos correndo contra o tempo para obter a assinatura de 171 parlamentares para nossa emenda substitutiva e será mais difícil conseguir a subscrição para uma emenda que trate de carreiras típicas de Estado. Assim a defesa das nossas carreiras será prejudicada por irresponsabilidade do Governo que insiste em fazer essas modificações na Constituição no atual cenário de pandemia.

Em paralelo, o Fonacate e a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) voltaram a acionar a Justiça para exigir a apresentação dos dados que embasaram a PEC. O Fórum já havia impetrado mandado de segurança com esse objetivo no ano passado depois que o Ministério da Economia negou acesso aos documentos por meio da Lei de Acesso à Informação. Além da falta de dados, o Fórum teme que possa acontecer com a Reforma Administrativa o mesmo que ocorreu com a da Previdência. Recentemente, o TCU (Tribunal de Contas da União) publicou o acórdão 1496/2021 sobre o grave equívoco da superavaliação do passivo do RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social) e a subavaliação do passivo com benefícios a militares inativos. Ambos embasaram a decisão da Reforma da Previdência.

Não é admissível que alterações na Constituição que afetam profundamente o serviço público sejam realizadas com base em informações que não são acessíveis e transparentes. Por isso, o Fonacate também impetrou uma representação no TCU questionando a PEC 32 com base na Nota Técnica 69/2021 da Consultoria do Senado (acesse a íntegra da nota aqui) que conclui que a Reforma Administrativa estimula o patrimonialismo, ou seja, a corrupção. A mesma nota mostra ainda que há o estímulo à terceirização e outras formas de contratação, presentes na PEC, que podem onerar os cofres públicos.

São diversas ações jurídicas e políticas que as entidades sindicais, junto com as frentes parlamentares de defesa dos servidores públicos, estão realizando. Porém a vitória nesse embate contra a PEC 32 depende da mobilização de cada servidor público do convencimento da população e dos parlamentares que votarão a versão final da proposta que decidirá os rumos do serviço público e da nossa vida profissional. Participe nas redes sociais, comente e compartilhe nossas publicações. Participe dos tuitos e dos abaixo assinados, marque nos Instagram e no Twitter os contatos dos deputados federais. Converse com amigos e familiares para desfazer a campanha de desmoralização do serviço público. A sua participação é fundamental para derrotarmos a PEC 32.

SindCVM promove live para debater a Reforma Administrativa



No Dia Nacional de Mobilização em Defesa do Serviço Público (23/06), o SindCVM realizou uma live para debater a Reforma Administrativa. O presidente Hertz Leal recebeu Osiane Arieira, vice-presidente do SINDSUSEP, o Sindicato dos Servidores da Superintendência dos Seguros Privados, e Soraia Marca, diretora do SISEJUFE/RJ, Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Rio de Janeiro.

Soraia e Osiane defenderam a derrubada total da PEC 32 e ressaltaram o perigo do fim da estabilidade, um dos pontos da proposta. “Com o pretexto de combater privilégios querem acabar com a estabilidade. É importante as pessoas entenderem que a estabilidade não é do servidor, é do cargo. Para que ele possa ter lisura, possa dizer não caso seja perseguido por algum político que queira que ele faça alguma coisa ilegal”, ressaltou Soraia.

Hertz ressaltou os impactos da proposta nos servidores atuais e aposentados como a questão do reajuste de salário e o prejuízo no ambiente de trabalho provocado pela convivência entre servidores que desempenham funções semelhantes, mas com diferentes remunerações. O presidente do SindCVM destacou ainda que todos querem um serviço público mais eficiente. “O Estado tem que ter continuidade na prestação de serviço à população. O nosso patrão é a população. As pessoas pagam impostos. Nós temos a obrigação de dar esse atendimento”, afirmou.

Os debatedores discutiram também sobre o texto substitutivo à PEC 32, a questão da avaliação de desempenho e a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional. Nesse sentido, Osiane destacou que “quanto mais próximo à eleição, mais os senadores e deputados ficam atentos à opinião pública. Se não houver mudança, é preciso, pelo menos, adiar a tramitação da PEC.”

Nas considerações finais, os dirigentes sindicais solicitaram mais participação dos servidores nas mobilizações nas redes sociais para difundir as mensagens críticas à PEC 32 e para conseguir o apoio dos deputados às emendas que podem diminuir os danos à vida profissional do servidor e à qualidade dos serviços prestados à comunidade.

O dia 23 de junho foi marcado por intensas manifestações virtuais como tuitaços, um meio para pressionar os parlamentares a ficarem atentos às ameaças representadas pela Reforma Administrativa ao serviço público. Houve também atos presenciais como em Brasília, onde entidades de servidores estenderam uma faixa de 100 metros de comprimento em frente ao Congresso Nacional onde se lia: “A Reforma Administrativa é contra o Brasil. Não à PEC 32”.

Novos representantes no Comitê de Gestão de Pessoas (CGEP)



No dia 16 de junho os servidores da CVM e profissionais movimentados do BNDES e da BBTS elegeram o titular, Oswaldo Molarino Filho e a suplente, Roselene Candida Alves, representantes do quadro efetivo de servidores da CVM no COMITÊ DE GESTÃO DE PESSOAS – CGEP. O mandato para a função é de dois anos. A Portaria CVM/PTE/Nº 197 de 22 de novembro de 2019 em seu artigo 28 define que, além da vaga destinada aos servidores da Autarquia, os membros permanentes do CGEP são os titulares das seguintes áreas: SGE, CGP, SPL e SAD, além de um membro com Função Comissionada do Poder Executivo nível 4, escolhido pelos membros permanentes do CGEP, e respectivo suplente, ambos com mandato de dois anos.

Dos cinco Comitês criados pela Portaria apenas o CGEP possui representantes do quadro de servidores o que certamente possibilita as questões e preocupações dos servidores, relacionadas à política institucional de gestão e de desenvolvimento de pessoas, sejam apreciadas com a sensibilidade necessária quando da tomada de decisões que garantam a execução das políticas, normas e diretrizes institucionais. Qualquer servidor da Autarquia pode propor ações pertinentes às atribuições do CGEP.

Vale destacar que a representação dos servidores no Comitê não tem relação com o SindCVM, pois quando houver julgamento de eventuais recursos interpostos quanto aos resultados das avaliações individuais de desempenho, o representante dos servidores será substituído por um servidor ocupante de cargo do mesmo nível daquele ocupado pelo servidor impetrante do recurso, desde que não seja titular de componente organizacional, a ser indicado pelo SindCVM. Portanto, a forma mais adequada de tratar questões relacionadas ao desenvolvimento e gestão de pessoas, além de outras questões tratadas no âmbito do CGEP, será por meio de grupos de trabalho da Autarquia, criados pelo próprio Comitê, e da participação dos servidores junto aos seus representantes eleitos quanto a questões sensíveis que afetem os servidores. O relevante neste último ponto é que o bom desempenho do trabalho da Autarquia está correlacionado ao aperfeiçoamento da gestão de pessoas e da sensibilidade dos gestores em tratar as soluções de forma colaborativa com todos os servidores da Autarquia. O SindCVM é um participante parceiro no aperfeiçoamento das relações entre gestores e servidores e na melhoria da qualidade do ambiente de trabalho de todos os envolvidos na missão da Autarquia.

Por último sugerimos que ideias ou questões que afetem os servidores sejam compartilhadas com os seus representantes no âmbito do CGEP. O SindCVM estará acompanhando com interesse os eventos e desdobramentos da política de gestão e desenvolvimento de pessoas na Autarquia.